

# Para Uma História Do Português Brasileiro em Sergipe: Organizando as Fontes Manuscritas e suas Edições

Raquel Meister Ko. Freitag<sup>1</sup>  
Sandro Marcio Drumond Alves Marengo<sup>2</sup>

116



## Resumo

Para dar conta da dimensão histórica da língua portuguesa, especialmente no que tange às origens do português brasileiro, faz-se necessário constituir bases de dados linguísticos diacrônicos, sistematizados. O Projeto para História do Português Brasileiro tem como objetivos coletar, organizar e disponibilizar *corpora* diacrônicos. Nosso objetivo, neste texto, é apresentar as diretrizes que guiam a preparação de documentos escritos no Brasil, mais precisamente no Estado de Sergipe, no escopo do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).

Palavras-chave: Linguística Histórica. Preparação de manuscritos. Português em Sergipe.

## Abstract

In order to compass the aspects of Brazilian Portuguese focused in historical origins, it is necessary to constitute systematized diachronic linguistic databases, as the Projeto para a História do Português Brasileiro (Project for the Brazilian Portuguese History) *corpus*. The objectives of the project are the data collection, triage, storage and release of diachronic linguistic corpora of Brazilian Portuguese. Our purpose in this text is to show the guidelines of preparing process of written documents of Sergipe sample in range of Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).

Keywords: Historical Linguistics. Preparing process. Brazilian Portuguese in Sergipe.

1 Professora do Departamento de Letras Vernáculas, do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

2 Professor do Departamento de Letras Estrangeiras da UFS. Doutor em Estudos Linguísticos (Teoria e Descrição Linguística) pela Universidade Federal de Minas Gerais.

## Introdução

A constituição e/ou ampliação de bancos de dados sociolinguísticos contemplando uma variedade do português brasileiro ainda não mapeada (ou pouco mapeada), como é o caso de Sergipe, é altamente desejável. Com o objetivo de subsidiar a investigação de variedades linguísticas do português, em seus diferentes níveis (do morfofonológico ao discursivo) e com diferentes propósitos (dos descritivos aos moldes sociolinguísticos às aplicações educacionais, subsidiando programas de ensino de língua materna), o projeto *Falares Sergipanos* visa constituir um banco de dados linguísticos amplo, abarcando as perspectivas sociolinguística (dados sincrônicos) e histórica (dados diacrônicos), da variedade de português em Sergipe<sup>3</sup>. Para dar conta da dimensão histórica da língua portuguesa, especialmente no que tange às origens do português brasileiro, faz-se necessário constituir bases de dados linguísticos diacrônicos, sistematizados. O campo da linguística histórica no Brasil tem promovido a construção de *corpora* diacrônicos, como os do projeto *Tycho Brahe*, na Unicamp, e o Projeto para a História do Português Brasileiro, que é nosso foco neste artigo.

Sob a coordenação de Ataliba Castilho, o Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB) foi criado em abril de 1997 pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, o qual conta desde então com a participação de pesquisadores de diferentes regiões e de diferentes instituições brasileiras. O principal objetivo é levantar dados representativos das normas sociais de cada fase histórica do português no e do Brasil – com a aplicação de um controle tipológico-textual mais rígido – favorecendo, assim, o avanço do debate teórico acerca da mudança linguística e das interpretações sobre a formação histórico-social do português brasileiro.

O projeto nacional atualmente encontra-se na fase de priorização do contraste entre manuscritos (pessoais e oficiais) do século XVIII ao XX e impressos do XIX e XX para controle diatópico entre as equipes envolvidas, o que é denominado no âmbito do PHPB como *corpus mínimo comum*. O restante das edições, para verticalização das comparações de gêneros, naturalidade ou com o português europeu, compõem o *corpus diferencial*. No corpus comum já é possível estabelecer diacronia desde o XVIII com cartas pessoais. A ampliação do corpus, contemplando outras variedades, permite generalizações ainda mais seguras sobre aspectos diacrônicos do português brasileiro.

3 FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 14, p. 156-164, 2013.

4 FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio.; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.



Nosso objetivo, neste texto, é apresentar as diretrizes que guiam a preparação de documentos escritos no Brasil, mais precisamente no Estado de Sergipe, que, inicialmente, estão sendo recolhidos nos acervos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico Nacional e arquivos das cidades de Aracaju, São Cristóvão, Estância e Salvador. Essa recolha atende à constituição dos corpora diacrônicos que serão a base das futuras análises linguísticas a serem realizadas com vistas a promover e descrever a realidade linguística do português de Sergipe, no escopo do que prevê o projeto *Falares Sergipanos*, com a amostra PHPB/SE.<sup>56</sup>

Sob um prisma marcado pelo rigor filológico, a preparação destas fontes é de suma importância para tentar captar evidências, tanto quantitativas quanto qualitativas, de formas variantes de todas as variáveis possíveis ocorridas no passado, conjugando diferentes formas de estudo da mudança<sup>7</sup> para a compreensão de questões relacionadas à mudança linguística<sup>8</sup>.

### *Sobre a Constituição dos Corpora*

A constituição de uma base inicial de dados que possam dar suporte às futuras análises linguísticas do PHPB/SE requer atenção no tratamento dispensado à preparação da documentação. Segundo Cambraia<sup>9</sup>, “é inegável que a validade de um estudo diacrônico do português esteja diretamente relacionada à fidedignidade da fonte utilizada para a coleta de dados”. Maia<sup>10</sup> destaca a relação entre duas áreas do conhecimento: a Linguística histórica e a Filologia, no momento de preparação e uso de *corpus* em estudos históricos.

[...] a qualidade dos resultados a obter está dependente, em primeira instância, da qualidade dos *corpora* que fornecem os materiais a analisar: tanto na investigação sobre língua falada e sobre as variedades diatópicas e sociais actuais, como nas investigações centradas sobre os usos linguísticos escri-

- 5 FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 14, p. 156-164, 2013.
- 6 FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio.; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.
- 7 Ainda que no nosso caso estejamos mais centrados à documentação escrita e, portanto, às mudanças no âmbito da escrita, isto não descarta a hipótese de trabalho com as mudanças na oralidade, tomando por base outras fontes remanescentes da língua em Sergipe.
- 8 TELLES, Célia Marques. Mudanças linguísticas e crítica textual. *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 25/26, p. 91-119, 2000.
- 9 CAMBRAIA, César Nardelli. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH- USP, 1999. pp.83-93
- 10 MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia In: LOBO, Tânia *et alii* ROSAE. *Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. pp.533-542.



tos de fases passadas, o investigador, quer seja ele próprio a constituir o seu *corpus*, quer se baseie num *corpus* já disponível, deve estar em condições de avaliar a sua qualidade. No que se refere às pesquisas de caráter diacrônico, estas estão dependentes de alguns requisitos, nomeadamente da sua autenticidade, garantia da sua fiabilidade, da sua extensão, adequada aos objetivos da pesquisa, da diversidade de tipologia dos textos reunidos que devem reflectir a variação concepcional da língua e, necessariamente, da sua elaboração.<sup>11</sup>

No caso específico de nossas pesquisas do PHPB/SE, estamos em fase de constituição dos *corpora* para nossos estudos no campo da Linguística Histórica, ramo da linguística responsável por estudar os processos de mudança das línguas no decorrer do tempo. Segundo Faraco<sup>12</sup>, “a linguística histórica ocupa-se, então, fundamentalmente com as transformações das línguas no tempo”. Mattos e Silva<sup>13</sup>, delinea uma perspectiva na qual a linguística histórica pode ser tratada por meio de duas vertentes: uma *lato sensu*, que “trabalha com dados datados e localizados, como ocorre em qualquer trabalho de linguística baseado em corpora [...]”; e outra *stricto sensu*, que “se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas”. Na sua proposta de uma orientação *stricto sensu*, Mattos e Silva<sup>14</sup> ainda afirma que a pesquisa pode ser realizada sob dois prismas: uma linguística histórica sócio-histórica ou uma linguística diacrônica associal.

Mattos e Silva<sup>15</sup> ainda afirma que não se pode desprezar a relação íntima que os estudos linguísticos de perspectiva diacrônica em caráter estrito possuem com a Filologia, pois se sabe que não se pode fazer linguística histórica sem documentação remanescente do passado e o responsável pelo seu entendimento, pela sua preparação, em suma, pela “Ciência do texto”, é o filólogo. Segundo Picchio<sup>16</sup>, “Filólogo é quem, utilizando todos os instrumentos dos quais pode dispor, estudando todos os documentos, se esforça por penetrar no epistema que decidiu estudar, procurar a voz dos textos e de um passado que já não considera sufocado pelos estados sobrepostos.”

11 MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia In: LOBO, Tânia et alii ROSAE. *Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. p.537.

12 FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2010. p.57

13 MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica (Ouvir o inaudível)*. São Paulo: Parábola, 2008. p.09

14 MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica (Ouvir o inaudível)*. São Paulo: Parábola, 2008.

15 MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica (Ouvir o inaudível)*. São Paulo: Parábola, 2008.

16 PICCHIO, Luciana Stegnano. *A lição do texto: Filologia e Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1979. p.234.



Ainda sobre essa questão, Janotti<sup>17</sup> esclarece que a importância do conhecimento do texto, de modo a “conhecer o contexto da produção; descobrir o seu sentido próprio; localizar seus modos de transmissão, sua destinação e suas sucessivas interpretações”, é ponto importante para o entendimento de problemas e procedimentos pertinentes à compreensão das fontes. Destacamos, então, a necessidade de intervenção do trabalho filológico na preparação das fontes documentais para estudos científicos.

Assim, deixamos claro que nosso estudo pertence ao rol da linguística histórica e, portanto, os procedimentos utilizados na preparação das fontes, que em sua grande maioria são primárias, se basearam nos preceitos científicos e rigor filológico da Crítica Textual e constituem uma importante etapa para a confecção do trabalho inicialmente proposto para o desenvolvimento das pesquisas do PHPB/SE.

120



### *Sobre os Tipos de Edição*

Outra preocupação advinda do tipo de trabalho a ser realizado com as fontes está centrada no tipo de edição que deveríamos realizar e utilizar para os propósitos das diversas linhas de investigação que compõem o grupo do PHPB/SE.

Os estudos de Linguística Histórica, História da Língua e Historiografia têm em seu cerne o mesmo objeto de estudo: os textos escritos da documentação remanescente. Assim, uma má formulação ou alterações significativas dos textos originais podem ocasionar problemas em pesquisas destas áreas. Segundo Maia,

Sob o ponto de vista qualitativo, a autenticidade é uma exigência decisiva: se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas de variação da língua da época. As edições elaboradas com outro tipo de motivações e destinadas a outro tipo de público levaram frequentemente os editores a regularizar e a “corrigir” os textos que transcrevem, ferindo a autenticidade e inviabilizando a reconstrução de fenômenos de mudança linguística nos diferentes níveis de análise.<sup>18</sup>

Desse modo, a Crítica Textual apresenta-se como disciplina de suma importância para o estudo do texto nas abordagens já referidas. Realizar

17 JANOTTI, Maria de Lourdes. O Livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY et alii. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.21.

18 MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia In: LOBO, Tânia et alii ROSAE. *Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. p.539.

edições de textos, principalmente, dos pertencentes aos períodos antigos das línguas é uma necessidade de que se ressentem os historiadores da língua e os linguistas. Nas palavras de Mattos e Silva<sup>19</sup>, “sem dúvida, para quem hoje usa e tem a oportunidade de refletir sobre a língua que usa, alguma informação histórica passada é um instrumento útil para abrir caminhos para o conhecimento de sua língua.” Dessa forma, observa-se a premência da atuação da Crítica Textual nesse contexto científico.

A Crítica Textual tem como objetivo principal, segundo Cambraia<sup>20</sup>, a restituição da forma genuína dos textos. Um texto ao ser reproduzido, por muitas vezes, não condiz com o original. Isto quer dizer que a cópia, geralmente, contém traços que podem ter sido proporcionados de acordo com a visão de quem o copiou ou, até mesmo, por adaptações que lhe pareceram necessárias. Isso pode ocorrer, por exemplo, para tornar a mensagem mais clara ou para a correção de um suposto erro.

O autor ainda apresenta dois termos referentes à Crítica Textual: Ecdótica e Filologia. A Ecdótica, além de preservar a forma genuína de um texto, também prevê os procedimentos técnicos para a edição do mesmo. Já a Filologia, segundo ele, abrange o estudo dos textos de um modo geral, considerando todos os aspectos, finalidades e contextos que definam as diferenças entre eles.

Ainda de acordo com Cambraia<sup>21</sup>, os tipos de edição podem, também, ser baseados na forma de estabelecimento do texto e são distribuídas em edições monotestemunhais (baseadas em apenas um testemunho de um texto), e as politestemunhais (baseadas no confronto de dois ou mais testemunhos de um mesmo texto). Em nossa etapa inicial de pesquisa, uma vez que estamos constituindo nossos *corpora*, optamos por trabalhar com edições monotestemunhais. Inicialmente, não traçamos como meta o confronto de mais de um testemunho e tampouco centramos nosso foco em levantar quantos são os testemunhos existentes das fontes ou mesmo onde eles se encontram<sup>22</sup>. Sendo assim, fixamos nossa atenção somente no primeiro tipo que, segundo a proposta de Cambraia<sup>23</sup>, podem ser divididas conforme o quadro 1.

19 MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *O português arcaico. Fonologia. Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006. p.13

20 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica).

21 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica). p.91.

22 Apesar de ser, neste momento, o objetivo não ser o confronto de fontes em suas cópias existentes, a possibilidade de trabalho dentro desta área não está descartada para realizações de trabalhos futuros. Agregamos que, inclusive, o confronto de vários testemunhos de um mesmo texto é de suma importância para os trabalhos de variação linguística que serão desenvolvidos dentro do PHPB/SE.

23 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica). pp.91-103.



**Quadro 1: Propostas de tipos e definições de edições de documentos monotestemunhais**

TIPOS DE EDIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
FAC-SIMILAR	Reproduz-se a imagem de um testemunho somente através de meios mecânicos, como fotografia, xerografia, escanerização etc.
DIPLOMÁTICA	Faz-se a transcrição exatamente como está escrito no modelo, como, por exemplo, sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, separação vocabular etc.
PALEOGRÁFICA	Não é tão fiel ao modelo como a diplomática, fazendo assim com que a leitura seja mais fácil para o leitor que não é especialista.
INTERPRETATIVA	É a mais acessível de todas porque o texto passa por um processo de uniformização gráfica e oferece ao público um texto mais apurado. Os elementos estranhos à sua forma genuína vêm claramente assinalados.



A intenção das edições realizadas sob os preceitos da Crítica Textual é a de tornar o texto acessível ao público leitor. Além disso, faz-se mister ressaltar que a acessibilidade deve levar em conta a especificidade do público a quem vai destinada a edição e dos propósitos de realização da mesma. Ainda que a facilitação da leitura seja uma das metas a serem alcançadas, não se pode desprezar a sistematicidade da metodologia para sua concretização. De acordo com Mattos e Silva,

No que se refere à metodologia, deve-se ressaltar que não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ser feita com rigor filológico e com o objetivo claro de servir a estudos lingüísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou ao chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história lingüística.<sup>24</sup>

O tipo de edição a ser utilizada para estudos lingüísticos deve atender, primeiramente, ao linguista e seus anseios. Além disso, a viabilidade de nossa pesquisa é determinada por certa vantagem, tais como as condições propícias para a realização da edição. Primeiramente, o acesso direto aos manuscritos não constitui tarefa difícil, pois além da acessibilidade geográfica à documentação, contamos também com a permissão para o manuseio das fontes originais. Já que os manuscritos se encontram em bom estado de conservação, o acesso às informações neles contidas será, com poucos problemas de caráter paleográfico, relativamente fácil. Por se tratar de documentação remanescente majoritariamente dos séculos

24 MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Caminhos da Lingüística Histórica* (Ouvir o inaudível). São Paulo: Parábola, 2008. p.15.

XVIII e XIX, o conhecimento de natureza codicológica<sup>25</sup>, para a formulação das edições, será suficiente para a realização de um trabalho que possa reproduzir com fidelidade as características dos originais. Ademais, já que as edições serão realizadas já vislumbrando os objetivos a serem alcançados, saberemos cuidar para que não se percam dados e informações relevantes no momento de editar a documentação. Esse cuidado é importante, pois, segundo Cambraia:

A viabilização dos estudos diacrônicos depende, sem dúvida, da realização de edições rigorosas e fidedignas, que ofereçam o máximo possível de informações sobre o texto, reproduzindo, na medida do possível, todas as características do original e efetuando apenas aquelas intervenções que se fizessem necessárias para a inteligibilidade do texto (como, por exemplo, o desdobramento de abreviaturas).<sup>26</sup>

A partir das palavras de autor, percebe-se que as edições devem ser rigorosas e buscar a fidedignidade da reprodução do maior de número de informações que possam ser extraídas no texto e do texto. Como os objetivos para as nossas edições já estão bem delimitados e sabemos que o nosso principal público-alvo são linguistas, seguimos a direção dada por Cambraia<sup>27</sup> ao estabelecer a edição semidiplomática (ou paleográfica, ou paradiplomática, ou diplomático-interpretativa) como a mais adequada. Isto se deve ao fato de este tipo de edição respeitar o máximo possível das características originais das fontes e intervindo o editor em pequena escala no intuito de desfazer a dificuldade de leitura do público. Ainda conforme o autor, além de as interferências consistirem em “*um grau médio de mediação*, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar características originais, tais como os sinais abreviativos”<sup>28</sup>, todas aparecem devidamente assinaladas e estão embasadas em justificativas de cunho linguístico.

Neste tipo de trabalho filológico não há como desvincular o conhecimento linguístico do editor. As escolhas realizadas para a realização da edição de textos de tempos pretéritos têm, em sua maior parte, embasamentos linguísticos direcionados ao tipo de pesquisa que se quer realizar.

- 25 SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel M. Grafemas e diacríticos em manuscritos setecentistas. *Sobre o retorno à Filologia, diacronia e outros estudos*, v. 10. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2003.
- 26 CAMBRAIA, César Nardelli. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH- USP, 1999. pp.91.
- 27 CAMBRAIA, César Nardelli. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH- USP, 1999. pp.83-93
- 28 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica). p.95.

[...] o filólogo que pretenda estabelecer uma edição deve possuir boa formação linguística e sólidos conhecimentos da língua e da sua história, a fim de saber tratar as variantes linguísticas oferecidas pelo texto. Se a língua é variável em qualquer momento de sua trajetória no tempo, o editor não pode, na sua transcrição, desprezar a variação manifestada no texto, devendo, também na questão do desdobramento de abreviaturas, ter presente a variação que a língua da época podia apresentar em qualquer nível linguístico. Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve reflectir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que actualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos.<sup>29</sup>



Assim sendo, todos os direcionamentos assumidos e configurados como normas para as edições dos textos, não desprezam ou minimizam, em hipótese alguma, questões linguísticas que serão alvo de estudos das outras linhas de ação do Projeto.

### *Os Corpora Iniciais do PHPB/SE*

Optamos, inicialmente, por começar a editar os textos manuscritos oitocentistas (da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) provenientes das cidades de Aracaju, São Cristóvão e Estância localizados na coleção “Sergipe”. Esta escolha reside na importância histórica de que, em 1820, Dom João VI voltou a elevar Sergipe à capitania, a qual se transformou em província quando da independência do Brasil. Em 1855, após um período conturbado, Aracaju se tornou capital e Sergipe alcançou uma posição de relevo no panorama político e cultural brasileiro e que se estenderia pelas primeiras décadas do século XX. Assim, acreditamos que os manuscritos oitocentistas, por sua grande importância histórica, nos revelarão bastante sobre a língua portuguesa em Sergipe.

A tipologia documental que encontramos nesta coleção é de Ofícios, representações e cartas tratando de: descoberta de minas de prata em Sergipe, elevação de povoados em vilas, nomeações, respeito a limites entre províncias, irregularidades em eleições, remessa de cópias de atas de eleição para vereadores e juizes de paz de várias cidades de Sergipe, pedidos de índios da Missão do rio São Francisco sobre providências contra a venda de terras indígenas, providência contra a Junta Provisória do Governo da Bahia que não respeita a independência de Sergipe.

Além disso, há mapas demonstrativos de importação e exportação da província (1853 a 1856) e de receita e despesa (1854-1872). Há também:

29 MAIA, Clarinda. *Linguística Histórica e Filologia* In: LOBO, Tânia *et alii* ROSAE. *Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. p.540.

relatórios sobre instrução pública, documentos referentes a movimentos rebeldes (1824) e aos resultados do recenseamento geral do Império, em Sergipe (1872). Agregam-se ainda: cópias de decretos e correspondências relativas à Guarda Nacional, deserção, desligamento militar, ofícios militares sobre prisão de oficiais, pagamentos de soldos e recrutamento. Encontramos também uma relação de presidentes e vice-presidentes que administraram Sergipe entre 1824 e 1866, bem como algumas cartas de sesmaria e um livro de registro da Capitania de Sergipe.

Essas são as fontes remanescentes iniciais com as quais o PHPB/SE irá trabalhar para a constituição de seus *corpora*.

### *Normas de Transcrição e Edição Estabelecidas Pelo PHPB Nacional para Edições Paleográficas/ Semidiplomáticas*

O labor filológico de edição permite ao editor criar suas próprias normas adequadas ao tipo de edição que pretende realizar, bem como, no caso de estudos linguísticos a serem atrelados a esta, ao tipo de tratamento que se vislumbra dar aos dados. No entanto, na tradição de edição de textos, há alguns parâmetros consensuais que dispensariam a criação de normas inéditas, por exemplo, para desdobramento de abreviaturas ou para mudança de fólio ou face da fonte documental. De acordo com Cambraia<sup>30</sup>, “cada tipo de edição atende a uma finalidade, as normas devem possibilitar a satisfação de finalidade da edição”. Tivemos contato com várias propostas de normas para a constituição da edição, tais como as usadas por Blecua<sup>31</sup>, Spina<sup>32</sup>, Spaggiari & Perugi<sup>33</sup>, Megale & Toledo Neto<sup>34</sup>, Lose *et alii*<sup>35</sup>, Borges *et alii*<sup>36</sup> e Procopio<sup>37</sup>. Por fim, nossa posição dentro deste Projeto não poderia ser outra que a de adotar as normas já alinhadas e definidas pelo PHPB nacional. Cabe lembrar que as normas utiliza-

30 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica). p.110.

31 BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 1983.

32 SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poetica/Edusp, 1994.

33 SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

34 MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. (Org.). *Por minha letra e sinal*. Cotia: Ateliê, 2006.

35 LOSE, Alicia Duhá *et alii*. *Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia*: edição diplomática. Salvador: EdUFBA, 2009.

36 BORGES, Rosa *et alii*. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

37 PROCOPIO, Eliabe dos Santos. *Documentos relativos ao Brasil conservados nos arquivos espanhóis (1535-1625)*. Curitiba: Appris, 2012.

das sintetizam o que há de melhor nas propostas citadas anteriormente e, também, estão alinhadas com o intuito das edições do PHPB/SE. O quadro 2 apresenta uma síntese dessas normas.<sup>38</sup>

### Quadro 2: Normas de transcrição do PHPB.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se - em itálico - as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:
  - a) A norma não se aplica às abreviaturas hoje em uso corrente ou fixadas em dicionários. Exemplos: “etc.”, “Sr.”, “Sra.”, “Ltda.”, “Cia”, “V. Ex” e “D.” permanecem inalteradas.
  - b) Respeitar, sempre que possível, a grafia do documento, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.to” a ser transcrita “munto”.
  - c) No caso de variação no próprio documento ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.s” a ser transcrita “Deus”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “epor” “ser”; “aellas”; “daPiedade”; “omninino”.
4. A pontuação original será mantida. No caso de espaço maior intercalar deixado pelo escriba será marcado [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar. [espaço] Osdias passam eninguemcompa-rece”. Serão observados dois casos especiais:
  - a) Em relação a trechos que demandem maior esforço para decodificação, seja pela ausência de sinais de pontuação, seja por estarem sob sistema diverso, o editor incluirá, em nota de rodapé, uma possível interpretação. Exemplo: Na edição teríamos, “Tenho uma criada que | dice que sabia fazer tudo | que eu mandace ella | fazer emtaõ perguntei | e Paõ doce voce sabe fazer | sei emtaõ mando todos | os sabados fazer.” Em nota teríamos, “Nota 1: Tenho uma criada que dice que sabia fazer tudo que eu mandace ella fazer. Emtaõ perguntei: E Paõ doce, voce sabe fazer?; ‘Sei’. Emtaõ mando todos os sabados fazer.”

Continua...

38 Estas normas estão disponíveis em <https://sites.google.com/site/corporaphpb/> (acesso 26/04/2015, às 13:40) e foram estabelecidas em conjunto pelos professores: Afranio Gonçalves Barbosa (UFRJ), José da Silva Simões (USP), Maria Clara Paixão de Sousa (USP), Verena Kewitz (USP) e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (UEFS), responsáveis pela linha de Linguística de Corpus em âmbito nacional.



b) A sinalização [espaço] não se aplica aos espaços em cabeçalhos, títulos e/ou rótulos de seções de periódicos, fórmulas de saudação/encerramento ou na reprodução de diálogos, devendo o editor estabelecer o intervalo conforme o original.

5. A acentuação original será mantida. Exemplos: “aRepublica”; “docommercio”; “edemarcando tambem lugar; “fomos à ele”. Os sinais de separação de sílaba ou de linha, usados pelos autores dos diversos documentos, serão mantidos como no original.

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

7. No caso dos impressos, eventuais erros de composição serão marcados com (sic) logo após o vocábulo e remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção.

8. No caso dos manuscritos, eventuais grafias diferenciadas serão remetidas para nota de rodapé, onde se registrará(rão) sua(s) variante(s) mais comum(ns) e, quando possível, considerações sobre a variação em si. Exemplos, “Nota 1: ‘que eu afamado livro’ provavelmente ‘que meu afamado livro.’” Talvez a escrita de eu por meu possa indicar lapso de escritura ou erro de cópia; “Nota 2: Pirasocunda possível variante de Pirassununga: talvez a oscilação de grafia indique instabilidade para a escrita de termos Tupi”;

9. Inserções do escriba ou do copista, para não conferir à mancha gráfica um aspecto demasiado denso, obedecem aos seguintes critérios:

a) Se na entrelinha do documento original, entram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: < >; <↑>, se na entrelinha superior; <□>, se na entrelinha inferior. Por exemplo: “em dezembro recebi <↑todos> os senadores em casa”. Se houver palavra(s) riscada(s) abaixo da inserção, devese haver menção ou, conforme sua legibilidade, transcrição em nota de rodapé. Exemplos, “Nota 1: abaixo de <↑todos> há palavra suprimida”; “Nota 2: abaixo de <↑todos> foi riscado ‘dentre.’”

b) Se nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa dePedro nolargo damatriz>. Caso seja necessário, ficará em nota de rodapé a devida descrição da direção de escritura ou quaisquer outras especificidades. Exemplo: “nota 1: Escrito verticalmente de cima para baixo”.





10. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] em direção opaco.

11. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização.

12. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [registro] de Areas”. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto entre colchetes e em itálico. Exemplos: ent[re]gue o [rapaz].; “faça venda a duas b[arric]as de vinho”.

13. Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [.] para letras, [ilegível] para vocábulos e [ilegível. + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[.]r.”; “É assim [ilegível.] em Java”; “É assim [ilegível + 2 linhas] em Havana.” Caso suponha ser extremamente necessário, o editor indica em nota a causa da elegibilidade: corroído, furo, borrão, rasura, etc.

14. Letra ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras, [inint.] para vocábulos e [inint. + n linhas] para a extensão de trechos maiores.

15. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas. A mudança de parágrafo será indicada pela marca de duas barras verticais.

16. A mudança de fôlio ou página receberá a marcação entre colchetes conforme o caso:

a) Se em documentos manuscritos, com o respectivo número e indicação de frente ou verso. Exemplos: [fol. 1r]; [fol. 1v].

b) Se em documentos impressos, indicação de página. Exemplos: [p. 1]; [p. 2].

17. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

18. Os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, serão sublinhados e indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples, Bernardo Jose de Lorena; sinal público, [Bernardo Jose de Lorena].

19. Informações que o editor julgar significativas sobre a diagramação e layout do texto em impressos devem aparecer em nota de rodapé.

### Considerações Finais

O Projeto para História do Português Brasileiro tem como objetivos coletar, organizar e disponibilizar os *corpora* diacrônicos; na variedade sergipana, esses *corpora* compõem a amostra diacrônica do projeto *Falares Sergipanos*<sup>39,40</sup>, de modo a subsidiar a descrição dessa variedade em função dos eixos: (i) estudo da variação e mudança gramatical, dos ângulos funcionalista - cognitivista e gerativista, com ênfase nas classes de palavras e nas construções sintáticas; (ii) estudo da formação das variedades culta e popular e da difusão da popular em Sergipe, paralelamente ao traçado sócio-histórico do Português Sergipano; (iii) estudo de gêneros discursivos e de processos de construção textual, sob as perspectivas crítico-discursiva e textual-interativa.

O PHPB promove um diálogo entre teorias linguísticas, indispensáveis nas pesquisas contemporâneas da Linguística Histórica, não só para dar conta da complexidade dos fenômenos a serem pesquisados, como também para a complementaridade entre os subprojetos existentes. Assim, acreditamos que este projeto terá um impacto forte dentro dos estudos linguísticos relativos ao português sergipano, uma vez que a partir dele serão contempladas as dimensões gramatical, semântica e textual-discursiva como constitutivas das categorias da língua em uso. Justifica-se, desse modo, a abrangência da amostra que, circunscrita à variedade sergipana, contribuirá para o Projeto de História do Português Brasileiro (PHPB), no qual se integra, juntamente com projetos diacrônicos em desenvolvimento em mais doze Estados: Pernambuco, Bahia, Paraíba, Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Pará.

39 FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 14, p. 156-164, 2013.

40 FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio.; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.